



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

SECRETARIA NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA

CURSO NACIONAL DE POLÍCIA COMUNITÁRIA MOBILIZAÇÃO COMUNITÁRIA

Alice Yukiko Yamasaki



*Plano Nacional de Segurança Pública
Secretaria Nacional de Segurança Pública
Projeto “Treinamento de Profissionais da Área de Segurança do Cidadão” - (AD/BRA/98/D32)
Curso Nacional de Polícia Comunitária*

Apoio:

Governo do Estado do Espírito Santo



**Governo do Estado de São Paulo
Secretaria da Segurança Pública
Polícia Militar do Estado de São Paulo**



Nesta apostila você verá:

DEFINIÇÃO DE COMUNIDADE – no contexto da Polícia Comunitária é preciso identificar o papel da comunidade e da polícia....	03
ORGANIZAÇÃO COMUNITÁRIA – aspectos de integração e participação no contexto da Polícia Comunitária.....	04
NÍVEIS DE ORGANIZAÇÃO COMUNITÁRIA – identifica os níveis e as formas de identificação de modelos organizacionais.....	05
A AUTONOMIA DAS ORGANIZAÇÕES EM RELAÇÃO A POLÍCIA – apresenta a importância da independência e a imparcialidade das organizações comunitárias.....	06
ESTRATÉGIAS DE ORGANIZAÇÃO COMUNITÁRIA: MEIO DE CONTROLE SOCIAL, DE AUTO-AJUDA OU DE PARCERIA DECISÓRIA – apresenta três tipos de ações de mobilização comunitária.....	07
PROJETO LOCAL DE POLÍCIA COMUNITÁRIA – como proposta apresenta um projeto de Polícia Comunitária para ser desenvolvido em um bairro.....	12
PROJETO MODELO – PARQUE COCAIA – ZONA SUL DE SÃO PAULO	18
BIBLIOGRAFIA CONSULTADA E RECOMENDADA	29
ANEXO 1 – DINÂMICA DE GRUPO	30
ANEXO 2 – DINÂMICA DE GRUPO	31

DEFINIÇÃO DE COMUNIDADE

Se não houver uma disposição da polícia de pelo menos tolerar a influência do público sobre suas operações, a Polícia Comunitária será percebido como “relações públicas” e a distância entre a polícia e o público será cada vez maior.

Theodomiro Dias Neto do livro
Policimento Comunitário e o Controle Social

Qualquer tentativa de trabalho ou programa de Polícia Comunitária deve incluir necessariamente a comunidade. Embora a primeira vista possa parecer simples, a participação da comunidade é um fator importante na democratização das questões de segurança pública e da implementação de programas comunitários que proporcionam a melhoria de qualidade de vida e a definição de responsabilidades.

A compreensão dinâmica de comunidade é essencial para a prevenção e controle do crime e da desordem, assim como o medo do crime, pois o controle e a participação social informal (do coletivo, do grupo) é mais eficaz. A consciência é a chave, pois ela impede que as pessoas cometam erros nocivos a vida coletiva, mesmo quando ninguém está vendo.

Envolvimento dos Cidadãos

Todas as vezes que grupos de cidadãos, ou moradores, se reúnem para encaminhar soluções para problemas comuns, o resultado é bastante positivo. Na polícia comunitária não poderá ser diferente.

O problema é interpretar as possibilidades da comunidade e da Polícia. Assim, é importante refletirmos:

COMUNIDADE

- Qual o papel da comunidade?
- A participação é total ?
- A comunidade participa apenas consertando viaturas ou reformando prédios?
- Apenas aqueles com recursos da comunidade participam privilegiando o serviço na porta de estabelecimentos comerciais?
- A nossa participação será apenas para endossar as ações da polícia no bairro ou para participar das discussões ou decisões na melhoria do serviço policial?
- Podemos envolver outros órgãos públicos na questão ?
- Podemos elogiar ou criticar a polícia local em seus erros e acertos ?
- Teremos autonomia de ação para exigir ações dos poderes públicos locais?
- Seremos apoiados pela polícia nessas iniciativas?
- Enfim, A Polícia quer ser mesmo Comunitária ou é uma “fachada” política?

POLÍCIA

- Qual o papel da Polícia ?
- É realizar ações democráticas que otimizem o envolvimento e comprometimento da comunidade?
- A exigência para a participação da comunidade será apenas para consertar viaturas ou reformar prédios?
- Ou melhor, servir de informante ou escudo às ações equivocadas de policiais, ou fonte de receitas para comerciantes em serviços privilegiados de segurança?
- A Polícia estará preparada para ouvir a comunidade (elogios aos seus integrantes, críticas ou sugestões)?
- A Polícia admite a participação de outros órgãos públicos na questão?
- A Polícia apoia as iniciativas da comunidade em melhorar a qualidade de vida ou é um instrumento apenas de “caça bandido”?
- A Polícia está preparada para conceder o seu “poder” a comunidade (entenda poder não o de polícia, mas o nome e as possibilidades que a força policial tem no sentido do controle social informal, sem ser repressivo ou fiscalizatório)?
- Enfim, A Polícia quer ser mesmo Comunitária ou é uma “fachada” política?

São poucas as comunidades que mostraram serem capazes de integrar os recursos sociais com os recursos do governo. Existem tantos problemas sociais, políticos e econômicos envolvidos na mobilização comunitária que muitas comunidades se conformam com soluções parciais, isoladas ou momentâneas (de caráter paliativo) , evitando mexer com aspectos mais amplos e promover um esforço mais unificado com resultados mais duradouros e melhores. A participação do cidadão, muitas vezes, tem-se limitado à responsabilidades de ser informado das questões públicas (ações da polícia), votar pelos representantes em conselhos ou entidades representativas, seguir as normas institucionais ou legais sem dar sugestões de melhoria do serviço.

Outro ponto importante é o desconhecimento das características da comunidade local, pois uma comunidade rica tem comportamento e anseios diferentes de uma comunidade pobre e comunidades de grandes centros urbanos são diferentes de comunidades de pequenas cidades do interior, independente de serem ricas ou pobres, agrícolas ou industriais. O que importa é descobrir seus anseios, seu desejo de participação no processo, sua motivação para se integrar com a polícia.

ORGANIZAÇÃO COMUNITÁRIA

Espera-se que a intensificação do contato entre a polícia, a comunidade e os diversos segmentos favoreça uma melhor integração e participação da comunidade, o reconhecimento social da atividade policial, o desenvolvimento da cidadania aos cidadãos e a

melhoria da qualidade de vida. A comunicação intensa e constante propicia a melhora das relações, amplia a percepção policial e da comunidade no que tange as questões sociais e possibilita diminuir áreas de conflito que exigem ações de caráter repressivo das instituições policiais.

Há, contudo, uma série de fatores a serem pesados quando se avalia o potencial democrático das diversas experiências de organização comunitária na área de prevenção do crime e da desordem social.

NÍVEIS DE ORGANIZAÇÃO COMUNITÁRIA

O maior desafio enfrentado pela polícia no modelo comunitário é motivar e sustentar a participação do público. A prática ensina que o êxito de uma iniciativa policial de organização comunitária passa pelo envolvimento e comprometimento dos cidadãos na busca de soluções para problemas locais. Um ponto crítico é que as chances de êxito dessas iniciativas tendem a ser menores nas áreas onde se mostram mais necessárias, ou seja, os problemas são mais graves e abundantes. O contato direto e permanente com a adversidade e a insegurança social costuma ter um efeito negativo nos esforços de organização e mobilização social: **em vez de unir as pessoas em torno de sentimentos de indignação e finalidade comum, o crime parece minar a capacidade de organização comunitária. Por outro lado, a polícia parece mais bombeiro, combatendo emergências (ocorrências criminais) a qualquer custo, não interessando a integração com a comunidade.**

Nesses contextos problemáticos, a organização comunitária envolve um árduo e duradouro esforço de superação de resistência de indivíduos, céticos em relação às possibilidades de melhorias em suas condições de vida, ainda mais quando dependentes de ações governamentais. Mesmo aquelas iniciativas que contam com investimentos e apoio governamental (recursos financeiros, implemento de recursos humanos e materiais, treinamento de agentes públicos, informações e até mesmo o engajamento social) costumam ser prejudicadas pelo desinteresse ou apatia do público, muitas vezes até pela abordagem equivocada do que seria um programa comunitário de segurança pública.

Confrontada com tais dificuldades, a polícia tende a tomar decisões baseadas em suas próprias percepções: **os problemas são tão latentes e os recursos tão escassos, que as consultas à comunidade podem parecer ineficazes e excessivamente demoradas, sem nenhum resultado prático.**

Em áreas onde haja alguma base de organização comunitária, a polícia tem procurado superar essas dificuldades estabelecendo contatos com organizações locais, tais como igrejas, associações de comerciantes e de moradores. Esta relação transforma-se na única alternativa possível e tende a viciar o processo, pois organizações locais podem tender para interesses ou privilégios específicos (interesses comerciais, eleitorais, religiosos, etc) fugindo ao anseio de toda a coletividade.

Embora o contato com os grupos favoreça um diagnóstico mais apurado da realidade local, deve-se questionar sempre em que medida tais grupos são representativos dos diversos interesses presentes da localidade ou da comunidade.

Estudos americanos sobre a mobilização comunitária indicam a tendência da polícia em procurar grupos organizados por indivíduos casados, com situação financeira estável, com maior tempo de residência no bairro e preferencialmente e com propriedades.

Portanto, a tendência da polícia em buscar contatos com grupos estabelecidos, de caráter formal, com bases sólidas e tradicionais, ao invés de investir e procurar organizar segmentos sociais que apresentam problemas complexos, muitas vezes organizados de forma voluntária, não formal, mais que reivindicam ações sociais das estruturas de governo. É identificado também que quando algumas organizações sociais atingem o ápice de seus interesses (econômico, político ou status social) eles esquecem a sua causa, não dando mais tanta importância aos anseios locais, pois foram atendidos seus interesses específicos.

O desafio, portanto, não está apenas em promover trabalhos com grupos organizados da comunidade, de interesses específicos, mas trabalhar na organização de trabalhos comunitários, de forma constante e permanente.

Apenas para reflexão: o jovem infrator que comete um ato infracional em um bairro rico, com sólida organização comunitária, reside em bairros carentes, sem nenhuma infraestrutura e organização social. Será que a associação comercial de um bairro rico, realizando trabalhos de parceria em bairros pobres, não pode conter a violência no seu bairro?

A AUTONOMIA DAS ORGANIZAÇÕES EM RELAÇÃO À POLÍCIA

Um aspecto essencial a ser considerado na avaliação das experiências de organização comunitária é o nível de autonomia dos grupos em relação aos interesses políticos-partidários, de Governo (federal, estadual ou municipal) ou da polícia. Em regra, os grupos comunitários, assumem uma postura passiva e acrítica em relação às ações de governo e da polícia, respaldando apenas as suas práticas, mesmo quando claramente impróprias ou ilegais. É preciso respaldar as boas ações da polícia, de interesse coletivo, de respeito aos direitos humanos, dentro da legalidade e dos valores morais e éticos. Mas deve-se criticar e vilipendiar ações violentas, ilegítimas, que desrespeitam a dignidade humana e que fogem ao interesse coletivo, responsabilizando o mau profissional e não a instituição como um todo.

Há, contudo, variáveis a serem consideradas na discussão.

Uma primeira variável refere-se às características sócio-econômicas locais. Em áreas ricas e homogêneas, costuma haver maior consenso entre polícia e sociedade na definição dos problemas e maior disposição do público em cooperar com a polícia na busca de soluções comuns. Já em áreas carentes, de periferia, mais heterogênea e complexa, esta relação tende a ser menos harmônica e cooperativa, com forte carga de desconfiança de ambas as partes.

Em áreas nobres, os grupos costumam estar mais preocupados com a resposta aos crimes, ações da polícia mais repressivas, até investem para isso: compras de viaturas, reforma de prédios, aquisição de sistemas de comunicação. Mas não querem desenvolver ações mais preventivas, não querem se envolver. Por outro lado, buscam desenvolver ações “caridosas e filantrópicas” como sopas a moradores de rua em dias de frio, cestas alimentares em igrejas, mas o morador de rua continua na rua.

Em áreas carentes, a experiência cotidiana com a arbitrariedade ou a indiferença governamental e policial pode tornar os cidadãos mais vigilantes. Ao invés de simplesmente pressionarem por mais presença policial, se mostram mais preocupados com os mecanismos de controle de abusos e corrupção policial. **Os representantes comunitários**

freqüentemente temem a polícia e se ressentem da forma como esta exerce sua autoridade. As ações comunitárias focam mais para o controle da polícia do que para o controle do crime, pois o medo é predominante. Acredita-se que a polícia não sabe os problemas do bairro, pois só existe para “caçar bandidos”.

A maior ou menor dependência das organizações comunitárias em relação aos recursos policiais constitui outro fator determinante no tipo de relacionamento a ser estabelecido com a polícia. A conclusão de estudos nesta área revelam que quanto maior o suporte policial menor a autonomia dos grupos; no mesmo sentido, quanto mais críticos os grupos, menor o entusiasmo e o empenho policial em apoiá-los. **Uma organização comunitária que depende do apoio policial para garantir a mobilização de seus membros e viabilizar as suas ações acaba convertendo-se em uma mera extensão civil da instituição policial, e não um instrumento efetivo de participação comunitária.**

Pode-se, assim, afirmar que a independência de uma organização comunitária favorece a imparcialidade das ações da sociedade e da polícia, favorecendo a isenção na denúncia de abusos, ações equivocadas de governo, comportamentos sociais inadequados, reivindicações de direitos ações e recursos.

Organizações que não dependem da polícia para a sua existência podem trazer significativos desafios para a polícia. No pensamento institucional pode significar entraves administrativos, restringindo a sua discricionariedade; no pensamento social amplia o controle da polícia; na filosofia de polícia comunitária amplia e aprimora as ações conjuntas, tanto da polícia como da sociedade.

Observa-se, contudo, que com grande freqüência, as organizações autônomas do ponto de vista econômico são aquelas representativas dos setores de maior poder aquisitivo, que tendem a ser aliados “naturais” da polícia. As organizações oriundas de segmentos marginalizados, em geral mais antagônicas à polícia, não possuem autonomia econômica, sendo, muitas vezes, levadas a fazer concessões em troca de apoio e de recursos.

ESTRATÉGIAS DE ORGANIZAÇÃO COMUNITÁRIA: MEIO DE CONTROLE SOCIAL, DE AUTO-AJUDA OU DE PARCERIA DECISÓRIA?

Os programas de organização comunitária têm sido foco de especial atenção entre os interessados pelas tendências na área policial. Embora vinculados aos conceitos de Polícia Comunitária, é possível identificar variações e discrepâncias profundas que podem contaminar ou não possibilitar a implementação ou desenvolvimento de programas comunitários pois causam descréditos, desgastes ou desconfianças.

Organização ou mobilização comunitária significa unir questões diferentes, pessoas diferentes em objetivos comuns. Para muitas polícias que querem adotar a Polícia Comunitária, organizar significa chamar residentes locais para assistir a uma reunião de líderes locais. Isto, com certeza, não é Polícia Comunitária.

Para muitas organizações comunitárias, organizar significa um processo contínuo de capacitação de residentes locais, especialmente o incentivo à participação de cidadãos em decisões relacionadas à qualidade de vida do bairro. A Polícia Comunitária se baseia neste princípio.

Assim, identificamos três tipos de programas que demonstram como a interpretação errônea sobre Polícia Comunitária pode prejudicar a implementação desta filosofia.

1 - ORGANIZAÇÃO COMUNITÁRIA COMO MEIO DE CONTROLE SOCIAL

Diversos programas associados à Polícia Comunitária revelam tão-somente o interesse da polícia em ampliar e legitimar o seu controle sobre o território. O contato com as organizações comunitárias é visto como estratégia para obtenção de apoio popular, neutralização de críticas e não como forma de engajamento dos cidadãos nos processos de estímulo e participação. O interesse policial nesse tipo de estratégia costuma ser maior em áreas onde as relações com a comunidade são instáveis e a polícia não conta com a receptividade e a cooperação dos cidadãos.

Um dos mecanismos utilizados pela polícia para consolidar o seu controle territorial é a cooptação das lideranças locais, através da manipulação na seleção de prioridades e na alocação de recursos para fins de favorecimento de aliados ou grupos específicos e, em casos extremos, da retaliação de setores ou pessoas não cooperativas no processo ou nos interesses surgidos. O controle das informações também pode ser parte de uma estratégia de controle, com dados sendo sistematicamente omitidos ou manipulados com o intuito de preservar uma imagem positiva da polícia.

Outra estratégia de controle policial consiste na criação de um conselho comunitário permanente, com integrantes indicados pela própria polícia ou por entidades de sua confiança, ou ainda pessoas com interesses pessoais, com a finalidade de funcionar como instância formal de comunicação com o público. Dá-se uma aparência de legitimidade e de publicidade às ações da polícia, quando na realidade são canais manipuláveis pelo interesse da polícia ou de grupos que querem dominar as ações de segurança do bairro.

Parece ser uma assessoria civil da polícia, mas não é. Por não serem socialmente representativos, tais conselhos desempenham um papel extremamente limitado e muitas vezes tendencioso na mediação de conflitos e na viabilização de respostas policiais adequadas. Nesses casos, não há que se falar em parceria polícia-comunidade, mas de uma deturpação da Polícia Comunitária para fins de neutralização das opiniões contrárias e do fortalecimento da autoridade policial no bairro.

Os perigos:

- Policiamento privilegiado com base nas opiniões dos “parceiros da polícia” (a famosa contrapartida) – apoia as decisões da polícia, terá policiamento na porta;
- Surgimento de lideranças contraditórias que almejem cargos políticos prometendo combater as ações da polícia no bairro;
- Policiamento privilegiado baseado no “bico” dos policiais (locais de policiamento = locais onde atuou na hora de folga);
- Surgimento de candidatos políticos com o apoio governamental por terem “apoiado as iniciativas da polícia no bairro”.

O correto:

- Ouvir a todos indistintamente (principalmente o mais crítico);
- Neutralizar grupos específicos que querem se aproveitar ou privilégios da ação policial;
- Compartilhar informações com a comunidade, transformando-as em ações preventivas e educativas. Quando o assunto exigir sigilo explicar o motivo, demonstrando a sua importância para a segurança da própria comunidade;
- “os parceiros da polícia” não são apenas as pessoas com posse ou ascendência na comunidade, mas todos: do mais humilde ao mais culto. Portanto, estimular a participação de todos é importante no processo porque promove confiança e respeito;
- Demonstrar e discutir os erros com a comunidade pode demonstrar evolução e interesse na integração. Devemos lembrar que a instituição policial é constituída por pessoas, cidadãos que também tem interesses sociais. Contudo não detém o poder da vida e da morte, mas o poder e o conhecimento da lei;
- Ao cobrar ações e fornecer informações a polícia, a comunidade, seus líderes e os conselhos representativos devem observar o bem comum (o coletivo);
- Interesses eleitoreiros ou político-partidário não combinam com Polícia Comunitária que deve ser apolítica, apartidária e não ideológica.

2 - ORGANIZAÇÃO COMUNITÁRIA COMO MEIO DE AUTO-AJUDA

Um segundo tipo de programa enfatiza os aspectos cooperativos da Polícia Comunitária: a polícia utiliza-se dos “olhos e dos ouvidos” dos residentes e usuários do bairro com a finalidade de potencializar sua capacidade de prevenir crimes e manter a ordem. Esta é a filosofia básica da maioria dos programas participativos de prevenção. Quando bem sucedidos, podem contribuir para melhorias na qualidade de vida e para um aprimoramento da capacidade dos cidadãos em desenvolver soluções para seus problemas.

Questiona-se em que medidas tais iniciativas de auto-ajuda contribuem para uma efetiva democratização da função policial. Não há dúvida de que uma sociedade atenta e mobilizada em torno de seus problemas, favorece a qualidade do trabalho policial. A população organizada serve de alerta à instituição sobre a gravidade de problemas e a necessidade de maior presença policial. Em regra, contudo, nesse tipo de programa, o envolvimento dos cidadãos limita-se a realização de tarefas, não havendo uma dinâmica de planejamento comum. Enfatiza-se a cooperação do público na realização de tarefas policiais, mas subestima-se a sua participação nos processos de integração. **Vende-se um pacote aos cidadãos: e a sua cooperação está direcionada a tarefas do tipo identificação de propriedades, notificação de crimes, identificação de áreas de risco, campanhas comunitárias, jornais locais, etc.**

Outros aspectos é que as ações são identificadas como vigilância entre vizinhos ou grupos de patrulhamento que auxiliam e informam os policiais (vizinhos vigilantes).

Assim, na prática, a comunicação flui somente em um sentido, qual seja, da polícia para a sociedade. Fala-se em parcerias e co-produção, mas na prática, os programas

desenvolvem-se dentro dos limites estabelecidos e controlados pela instituição policial, ou seja, um planejamento global e rígido estabelecido sem levar em consideração os aspectos do bairro, da área e da população local. Um programa pensado e estruturado para um bairro ou uma determinada área não será necessariamente adequado para outras.

Um programa de auto-ajuda pode auxiliar no aprimoramento das relações com o público ou na obtenção de melhorias concretas nas condições de vida e de segurança local, mas contribuem pouco para a reversão das reais fontes de conflitos entre polícia e sociedade. A desatenção quanto a participação da comunidade ou a manipulação de sua participação além de desencorajar no processo de participação, também tende a desacreditar o trabalho comunitário da polícia.

Por outro lado, o surgimento de supostos grupos ou entidades com o objetivo de encaminhar soluções a polícia, promover ações sem a participação da polícia, estimulando ações coletivas independentes de programas de polícia comunitária atrapalham e confundem o processo.

Os perigos

- O planejamento equivocado e sem orientação culminando no surgimento de alternativas econômicas: segurança privada, sistema de comunicações entre cidadãos de posse (paralelo a polícia);
- Membros das comunidades expostos a marginalidade, colocando em risco suas vidas porque são interlocutores dos problemas locais;
- A polícia determina tarefas para dissuadir ações participativas sem nenhum resultado prático;
- As campanhas tem um forte conteúdo político em detrimento da prevenção porque é apoiado por um político ou comerciante;
- Como o apoio governamental é pouco, apenas pequenas ações fazem surgir lideranças com perfil político e eleitoral, deturpando o processo;
- A instrumentalização de pequenas tarefas pode causar apatia da comunidade, favorecendo os marginais da área e grupos de interesse que desejam o insucesso de ações coletivas no bairro;
- A polícia não consegue mais atuar na área sem críticas da comunidade.

O correto:

- Promover uma ampla participação da comunidade, discutindo e sugerindo soluções dos problemas;
- Demonstrar a participação da comunidade nas questões, determinando o que é da polícia e o que é da sociedade;
- Proteger os reais parceiros da polícia, não utilizando-os para ações de risco de vida (não expondo) com ações que são da polícia ou demonstrando eventualmente que eles são informantes;

- As ações de auto-ajuda são acompanhadas por policiais. As iniciativas locais são apoiadas. Trabalhos preventivos, não apenas campanhas devem ser estimulados.

3 - ORGANIZAÇÃO COMUNITÁRIA COMO MEIO DE PARCERIA DECISÓRIA

A terceira categoria, com certeza a mais importante, caracteriza-se pela participação ativa do público em todos os processos: planejamento local, ações preventivas e de orientação da comunidade, avaliação dos processos e participação nas decisões de interesse coletivo. Ao invés de serem apenas “olhos e ouvidos” a comunidade participa ativamente do planejamento local. Ao invés de consertar viaturas e reformar prédios, a comunidade atua na reeducação de suas ações, na reconstrução social do bairro, ou seja, ações de caráter essencialmente preventivo. O pensamento nesta abordagem é entender que quando a polícia se relaciona com grupos de prevenção ou mobilização comunitária, está lidando com parceiros e não auxiliares ou subordinados.

Os programas que lograram, ao menos em parte, estabelecer um planejamento comum, são os que mais avançaram em termos de realização das potencialidades da Polícia Comunitária, quais sejam: redução das tensões entre polícia e comunidade, ações comunitárias que identificam o caráter social da ação policial, uso mais produtivo e adequado aos recursos humanos e materiais, maior eficiência no tratamento das demandas locais, maior satisfação profissional entre os policiais e motivação no relacionamento polícia-comunidade.

Especialistas indicam a qualidade de uma parceria decisória: (durabilidade, eficácia e alto índice de participação social) tende a ser maior, quando polícia e sociedade dividem tarefas e responsabilidades na identificação de problemas e no implemento de soluções planejadas.

A parceria aqui desejada viabiliza a adequação das estratégias de prevenção às características locais. Transferir decisões aos escalões inferiores e a parceria com representantes da comunidade ainda é um paradigma nas organizações policiais brasileiras. A dificuldade na relação com segmentos sociais, principalmente os mais hostis, também. Mas essas ações devem ser estimuladas.

A participação da comunidade não irá descaracterizar o lado técnico da polícia, pois as ações operacionais são fundamentadas em normas técnicas de caráter científico, aprimorado ao longo do tempo. Contudo, a participação da comunidade no planejamento e nas decisões melhora este perfil tecnológico e profissional da polícia, pois o aprimoramento estará vinculado aos níveis de satisfação, sensação de segurança, qualidade de vida e a diminuição do crime e da desordem. É possível realizar tudo isso em termos de Polícia Comunitária? É o que veremos a seguir.

Usar a polícia como instrumento de repressão social ou política não é um mecanismo eficaz de combate ao crime. Da mesma forma manipular comunidades com objetivos políticos ou institucionais também não apresentarão resultados satisfatórios.

PROJETO LOCAL DE POLÍCIA COMUNITÁRIA

O que é Polícia Comunitária ?

Como iniciar um trabalho de Polícia Comunitária?

Quem envolver no trabalho de Polícia Comunitária?

Polícia Comunitária → parceria com → comunidade (entidades, associações, minorias)

polícia (Civil e Militar)

outras instituições (federal, estadual, municipal)

empresários e comerciantes

imprensa (escrita, falada e televisada)

políticos (deputados, prefeitos e vereadores)

Polícia Comunitária → resolução de problemas locais e complexos com criatividade e participação de todos acima, respeitando as suas competências, mas exigindo parcelas de responsabilidades dentro de suas respectivas competências

Policciamento Comunitário → ação operacional da polícia que prioriza o relacionamento adequado com a comunidade no dia a dia. É realizado dentro de características próprias da ação policial, porém deve ser talhado segundo as necessidades e recursos locais → não existe maneira de fornecer regras rígidas e rápidas que possam cobrir todas as circunstâncias.

Numa visão simplista, Polícia Comunitária se restringe a aproximação do policial junto a comunidade envolvido num trabalho de policiamento comunitário, mas ao analisarmos de fato, podemos perceber a sua abrangência, uma vez atingindo o que é preceituado no artigo 144 da Constituição Brasileira, de que segurança pública é direito e responsabilidade de todos, cabendo também a qualquer cidadão uma parcela de responsabilidade na questões de segurança pública.

A sociedade como um todo, deve atuar de uma forma participante em todos os momentos que impliquem ou não em uma situação geradora de conflitos que levem às conseqüências extremas de violência. Sabemos que muitas das causas da violência decorrem da ausência de um política pública séria que cerceie o cidadão a uma vida com dignidade, respeitando a si mesmo e ao seu semelhante. Cada vez mais o cidadão se isola esquecendo que os problemas inerentes à sua comunidade, também lhe pertence para que tenha qualidade de vida. A sociedade não pode continuar na inércia, esperando por um milagre que solucione

os seus problemas, mas para isso é preciso despertar o gigante adormecido que existe no coração de cada cidadão que se fundamenta na solidariedade.

Baseado nisso é que se norteia este trabalho de Polícia Comunitária em que as pessoas passem a se conhecer e manter uma relação de amizade, confiança e respeito, buscando juntos soluções criativas para os problemas que afligem a sua comunidade, cobrando dos órgãos competentes ações mais diretas como uma forma preventiva às causas da violência.

Somente assim tiraremos a imagem de que a polícia (instituição) resolve tudo, como se a ela destinassem todos os problemas como uma obrigação a ser cumprida. Nos dias atuais quando se comenta sobre segurança pública, a polícia aparece como co-responsável pelo alto índice de criminalidade que enfrentamos, a ela é imputada toda a responsabilidade para garantir a segurança do cidadão. Para que se crie um sensação de segurança, o cidadão precisa perceber a necessidade de se atacar as causas geradoras da violência, tratando-as de uma forma preventiva.

Objetivos Gerais

- O presente projeto de Polícia Comunitária tem por objetivo integrar a comunidade às várias instâncias governamentais e não governamentais sensibilizando os moradores do bairro no sentido de resgatar valores morais e sociais para a convivência harmoniosa buscando a melhoria da qualidade de vida local e melhora da sensação de segurança;
- Sensibilizar a comunidade para que saiba buscar soluções criativas para os problemas do seu bairro;
- Motivar a participação comunitária almejando uma intensa integração social para que todos participem na melhoria da qualidade de vida;
- Identificar as lideranças naturais para que elas perenizem a proposta.

Objetivos específicos

- Buscar soluções para os fatores criminógenos nas áreas de: educação, saúde, habitação, saneamento básico, transporte, segurança pública, justiça e cidadania;
- Envolver os representantes dos serviços públicos, nas suas respectivas esferas de responsabilidade no programa;
- Envolver a iniciativa privada nas suas diversas atividades motivando uma participação entre o poder público e o econômico do bairro;
- Envolver o poder político local (prefeitos, vereadores, deputados e representantes de partidos políticos, de forma indistinta e imparcial) mostrando os problemas locais;
- Mostrar ao cidadão comum a importância de sua participação, bem como propiciar para que ele identifique os problemas locais.

Planejamento estratégico

1º etapa: Identificação das lideranças locais

- Verificação da existência de Sociedade Amigos de Bairro, Entidades Religiosas, Conselhos Escolares, outras Entidades governamentais e não governamentais.
- Através de contato com a Polícia (Militar e Civil) da área e Administração Regional.
- Anotações de todos os endereços e telefones para contato e agendamento e visita.

2ª etapa: Contato com as lideranças locais

- Através de visitas explicando o objetivo do projeto;
- Entrega de um esboço do projeto;
- Convite para posterior reunião;
- Palestra sobre Polícia Comunitária.

3ª etapa: Palestra sobre Polícia Comunitária

- Esclarecimento sobre o que é a Polícia Comunitária;
- Divulgação de material sobre Polícia Comunitária;
- Apresentação da proposta de trabalho junto à comunidade;

4ª etapa: Identificação dos problemas do bairro

- Reunião com representantes da comunidade para identificar os problemas do bairro.
- Priorização de problemas do bairro.
- Indicação de representantes que formarão um comitê (ou conselho) de implantação dos trabalhos de Polícia Comunitária;
- Discutir estas questões com as polícias do bairro .

5ª etapa: Coleta de informações (características sócio-econômicas, características geográficas ambientais)

- Informações: perfil da área (mapa preciso, número de residências, número e tipo de comércio, escolas igrejas, associações, postos de saúde, área de lazer etc) ; perfil dos habitantes (idade, sexo, grau de instrução, profissão, estado civil, se empregado etc);
- Verificação de responsáveis pela coleta e locais a serem coletadas as informações. Estas informações podem ser fornecidas pela própria polícia, órgãos públicos locais e entidades existentes no bairro;
- Tabulação e análise das informações. Sociabilizar as informações a comunidade.

6ª etapa: Indicativos dos problemas locais

- Após traçado o perfil da comunidade local, verificar quais as dificuldades que se enfrentam para o exercício dos direitos e garantias individuais e coletivas e o grau de segurança;
- Registrar e analisar os resultados que implicam nas dificuldades de se ter uma qualidade de vida melhor;
- Identificar os órgãos envolvidos nas questões;
- Desenvolver um plano inicial (esboço) contemplando os problemas locais, os pontos de participação de cada órgão e da comunidade.

7ª etapa: Fixação de metas

- Após a avaliação das necessidades deverão ser fixadas as metas;
- Para quem? Onde? Quando? Como? E Para Quê? Se fixarão essas metas?
- Não basta fixar metas apenas para serem cumpridas,
- As metas deverão ter significados e que sejam interessantes à comunidade;
- Identificação das áreas de aceitação comum (criação ou melhoria de áreas de lazer, programas de requalificação profissional etc);
- Fechamento do projeto, com a participação de todos os segmentos, estabelecendo responsabilidades, cronogramas e metas.
- Eventos que consolidem a sistematização do trabalho de Polícia Comunitária e que uma vez compreendido não será mais esquecido.

8ª etapa: Estratégia de Implantação

- Identificação de responsáveis capazes de auxiliar na resolução dos problemas apontados, possibilitando que se atinja as metas fixadas.

9ª etapa: Controle de qualidade, desenvolvimento contínuo e atualização dos trabalhos

- O comitê de implantação se reunirá no mínimo uma vez por mês ou sempre que necessário e será responsável pelo controle de qualidade, desenvolvimento contínuo e atualização.
- A avaliação poderá ser realizada através de:
 - ▶ um indicador (um fato que indique se o projeto atingiu ou não o objetivo):
 - dados estatísticos – acompanhamento da diminuição ou aumento da criminalidade, referente as ocorrências na comunidade;
 - pesquisas com levantamentos (registros de ocorrências) e questionários sobre o grau de satisfação da comunidade e se continua temerosa.

→ contato pessoal com a comunidade.

▶ forma de verificação (atividade que permita a demonstração do que foi feito em relação ao indicador);

▶ momento de verificação (o momento da verificação do aprendizado, no início, no meio, ou ao final das atividades.

É preciso observar se :

- O projeto atingiu os objetivos dentro do prazo previsto ?
- Se não atingiu, quais foram os entraves que surgiram para o impedimento do avanço do projeto ?
- Quais foram as atividades realizadas ?
- Quais foram as tentativas para a realização dessas atividades ?
- Quais as dúvidas que se manifestaram ?
- Quais foram as interferências necessárias par a realização das atividades ?
- Houve demonstração de independência do grupo em relação às atividades ?
- O grupo revelou progressos ?

Se almejamos um desenvolvimento contínuo, necessitamos tomar certos cuidados como acompanhar as atividades analisando os avanços e dificuldades, buscando meios para facilitar a superação dos obstáculos, incentivando o grupo a caminhar, uns ajudando os outros, sabendo que é preciso de tempo para exercitar e incorporar uma nova filosofia de trabalho para interagir com o meio e desse modo os conhecimentos adquiridos se tornarem definitivos.

Os desafios da vida são constantes e isso requer uma atualização permanente para a elaboração de novas informações adequando às situações de momento que surjam durante o transcorrer do processo.

A eficiência e eficácia de um trabalho de Polícia Comunitária pode ser mensurada pela ausência de crime e de desordem, pelo apoio da comunidade nas questões de segurança.

ATIVIDADES QUE PODERÃO SER DESENVOLVIDAS NA COMUNIDADE, COMO FORMA DE PARTICIPAÇÃO SOCIAL NA PREVENÇÃO E PREPARAÇÃO DA COMUNIDADE:

- Palestras sobre variados temas conforme as necessidades locais;
- Cursos de preparação de lideranças comunitárias,
- Debates em Escolas envolvendo o corpo docente, administrativo e operacional (Participação da Escola na melhoria da segurança no bairro, Relacionamento comunitário, Participação da comunidade na Escola etc);
- Eventos com apresentações de música, dança e grupos locais;

- Encontros de moradores de uma rua para atividades comuns e sociais (um chá da tarde, um bingo, etc);
- Educação para o trânsito nas Escolas (Polícia de Trânsito);
- Campanhas de prevenção e orientação ao pedestre e ao motorista;
- Semana de prevenção à saúde (Secretaria da Saúde);
- Semanas cívicas, de meio ambiente e de mutirões no bairro;
- Finais de semana de lazer e recreação (Escolas ou outros espaços disponíveis – Secretaria da Cultura e de Esportes ou Empresas Privadas);
- Reuniões de trabalho com as lideranças locais, com os poderes públicos locais e com a iniciativa privada;
- Orientação com relação às medidas que devem ser adotadas quanto a:
 - ▶ segurança pessoal de seus bens;
 - ▶ Segurança residencial;
 - ▶ Segurança em relação as crianças;
 - ▶ Segurança escolar etc.
- Programa de restauração do bairro (ruas limpas, árvores cortadas, calçadas arrumadas, muros pintados, etc)

O trabalho de Polícia Comunitária deve ser :

- *Apartidário, apolítico;*
- *Envolver a Polícia Militar direcionando à prevenção e quando necessário, intensificação do ostensivo;*
- *Envolver a Polícia Civil , para aproximação e familiarização com a comunidade, esclarecendo questões pertinentes e bom atendimento do cidadão no Distrito Policial, bem como dar o caráter social e preventivo a investigação criminal;*
- *Sensibilizar e manter contatos com autoridades de vários organismos públicos para a garantia do desenvolvimento do projeto;*
- *Desvinculado de qualquer interesse particular, religioso e ideológico;*
- *Com objetivos claros e definidos, sempre prestando contas à comunidade;*
- *Voltado à reeducação da comunidade;*
- *Em qualquer das situações mostrando sempre o lado educativo para evitar confrontos;*
- *Estar sempre preocupado com a integridade física e moral dos participantes;*
- *Esquematizar a viabilização de formas de proteção aos participantes do projeto;*
- *A qualquer indício de exposição de qualquer um dos participantes, providenciar apoio às autoridades competentes;*
- *Desenvolvido priorizando o respeito a dignidade humana;*
- *Priorizando os mais carentes e necessitados;*
- *Ser flexível e constantemente reavaliado.*

PROJETO MODELO:

PARQUE COCAIA – ZONA SUL DA CIDADE DE SÃO PAULO

COMO VIVEM OU SOBREVIVEM OS MORADORES DA REGIÃO DO GRAJAÚ/PARELHEIROS

CONHECENDO UM LADO DA ZONA SUL DE SÃO PAULO

Numa área de aproximadamente 530 Km², que compreende desde Americanópolis, Jardim Miriam, Cidade Ademar, Campo Grande, Interlagos, Cidade Dutra, Grajaú, Jardim Varginha, Parelheiros até divisa com Itanhaém, a criminalidade tornou-se comum aos olhos de todos por não ter limites. Fazendo parte do dia-a-dia do cidadão a violência, cada vez mais crescente, torna a ação da polícia impotente nessa área, apesar de todos os esforços das Instituições Policiais,

Outro fator, o descaso do Poder Público à essa região contribui com o aumento explosivo da violência, principalmente nas áreas de Proteção de Mananciais, onde a explosão demográfica extrapolou os limites de sobrevivência mínima causada pelas ocupações clandestinas em áreas invadidas devido a ausência de uma Política Habitacional.

O tráfico de entorpecentes, homicídios, roubos, chacinas, dentre outros aspectos da criminalidade que assolam essa região, deixam em evidência a ausência de ações governamentais na área social. Sem condições dignas de moradia, barracos se amontoam ocupando áreas proibidas degradando de uma forma vertiginosa áreas de proteção ambientais, que são as reservas naturais da cidade de São Paulo.

Só na região do Grajaú atualmente residem mais de 300 mil habitantes, onde podemos perceber que o número de adolescentes em liberdade assistida cresceu de uma forma estrondosa. “Desovas” de carros roubados, rota de tráfico de entorpecentes são alguns aspectos que a região da Ilha do Bororé favorece, facilitados pelas travessias da 1^a, 2^a e 3^a Balsa na Represa Billings, dando acesso à Rodovia dos Imigrantes, Itanhaém e Rodovia Rio-Santos. Problemas de outras periféricas estão sendo transferidos para essa região. Desemprego, falta de área de recreação e lazer, centros culturais e esportivos, escolas insuficientes levam as crianças, adolescentes e jovens sem perspectivas de um futuro melhor a se embrenharem no mundo das drogas. A população carente e acuada torna-se alvo fácil de manobras políticas e locais. O crescimento do número de homicídios de 1995 a 1999, na região do Jardim Ângela foi de 5,9% e na região de Grajaú / Parelheiros foi de 34,2%, este aumento se explica, em parte, pela ocupação crescente e irregular do solo nesta região, segundo o Centro de Análise Criminal da Sexta Delegacia Seccional de Polícia.

Portanto, problemas tão complexos não podem ser de responsabilidade exclusiva da polícia local, mas de todos os segmentos que atuam na área e da sociedade paulistana como um todo. Estudos recentes revelam que a maioria dos criminosos que cometem delitos no centro e nos bairros nobres moram na periferia da cidade (zona leste ou zona sul). Aumentar muros residenciais, pagar segurança privada, estimular ações repressivas da polícia não nos parece medidas das mais eficazes. Mas ações conjuntas, integradas e planejadas, priorizando o mais carente parece ser um caminho mais adequado para uma sociedade que quer ser democrática.

PROJETO PARQUE COCAIA

(UMA PROPOSTA DE POLÍCIA COMUNITÁRIA)

Em 1966 surgia o loteamento Parque do Cocaia, quando muitas famílias de baixo poder aquisitivo, não deixaram de aproveitar a “pechincha” que a Imobiliária Lutfalla começou a oferecer na época: uma pequena entrada, prestações igualmente pequenas e um financiamento para aquisição do material de construção (seis mil tijolos, 500 telhas, uma porta, uma janela e um vitrô para banheiro), com a promessa de todos os benefícios públicos divulgados num folheto distribuído pela mesma. Muitos desistiram, abandonando casas em construção ou colocando placas de “aluga-se” ou “vende-se”, com medo da fiscalização da Prefeitura, mas os esperançosos permaneceram, mesmo com as ruas, um misto de lama e pequenas pedras, as fossas negras, os poços artesianos e vielas totalmente às escuras por falta de iluminação pública. A regularização com escrituras iniciou depois de 1982, da parte que tinha título e 66 000 m² de usucapião foram liberados a partir de janeiro de 1999.

Atualmente o bairro conta com infraestrutura (água encanada, luz elétrica, coleta de lixo, ruas pavimentadas), faltando apenas o esgoto que já está aprovado e mapeado.

A escolha do local dentro de uma região ampla com diversos problemas foi feita por ser uma área bem determinada com uma sociedade comunitária organizada, com representatividade e motivada a fazer o trabalho.

O Projeto Parque Cocaia tem como objetivo sensibilizar a comunidade para que saiba buscar soluções para os problemas do seu bairro, mostrar que com pequenas ações o trabalho coletivo propicia a melhoria da qualidade de vida do bairro e a importância do indivíduo no contexto coletivo.

INFORMAÇÕES GERAIS

1. Objetivos do Projeto:

- Projeto piloto a ser levado a outras comunidades;-
- Integração é a única forma de diminuir a violência;
- Integrar todas as agências para melhorar a qualidade de vida;
- Importância da adesão voluntária (agências governamentais e comunidade);
- **Período de implementação do Projeto:** de 3 a 5 anos.
- **População :** aproximadamente 18 mil habitantes.
- **Características sócio-econômicas :**
 - população de baixa renda moradora em área de favela,
 - moradias populares,

- famílias com fragmentação estrutural, porém muitas com fortes raízes de moradores tradicionais.
- Área com ausência de empresas e trabalho culminando no deslocamento constante de pessoas para outras áreas, bem como uma alta taxa de desemprego contribuindo com a constante elevação da violência, criminalidade e tráfico de drogas e armas.
- Bairro residencial com comércio na via principal;
- 1 Escola Estadual , 1 creche e 1 EMEI;
- Predominância de religiosidade: Igreja Católica, Universal, Assembléia de Deus, Renascer em Cristo , Deus é Amor, Mórmons, Batista,
- Espaço para a comunidade se reunir: Sociedade Comunitária Parque Cocaia;
- Transporte coletivo – Viação Geórgia e perueiros;
- Favela às margens da Represa Billings;

- Características geográficas e ambientais :

- área de mananciais (de preservação permanente),
- ocupação desordenada do solo,
- península margeada por um afluente da represa Billings,
- acesso restrito pela Av. D. Belmira Marin causando um grande fluxo de veículos.
- Área verde de aproximadamente 6000 m²;

- Indicativos dos problemas locais

- ausência de equipamentos dos órgãos públicos, dificultando o exercício dos direitos e garantias individuais;
- ausência de fiscalização e controle das áreas ambientais provocando :
 - estabelecimento dos currais eleitorais (ideologias partidárias) efetivando um controle através da corrupção;
 - domínio de algumas pessoas que agem de forma ilícita, atrapalhando as ações locais que buscam a melhoria da qualidade de vida;
 - Omissão do poder público em agir no controle de ocupação da área.

- Resultados

- Ocupação desordenada do solo;
- Domínio do Estado Informal (o crime) que determina as regras e controla a vida dos cidadãos;

- Ausência do Poder Público (principalmente o Estadual);
- Altos índices de corrupção

Em reunião desenvolvida no dia 27 de setembro de 1999 com 200 representantes do bairro foram identificados 22 problemas:

Prioridades	Problemas	Votos (máximo =200)
1.	- <i>Trânsito na Av. D. Belmira Marin</i>	130
2.	- <i>Tráfico de entorpecentes</i>	101
3.	- <i>Esgoto</i>	100
4.	- <i>Falta de policiamento</i>	79
5.	- <i>Segurança nas escolas</i>	57
6.	- <i>Desemprego</i>	56
7.	- <i>Saúde - atendimento precário</i>	51
8.	- <i>Falta de área de lazer</i>	41
9.	- <i>Iluminação pública</i>	35
10.	- <i>Ligações clandestinas</i>	27
11.	- <i>Transporte coletivo</i>	26
12.	- <i>Faltam escolas</i>	25
13.	- <i>Crianças ociosas</i>	23
14.	- <i>Roubos em comércios</i>	21
15.	- <i>Lixo</i>	20
16.	- <i>Ensino religioso nas escolas</i>	19
17.	- <i>Pavimentação de ruas</i>	18
18.	- <i>Alcoolismo</i>	18
19.	- <i>Orientação familiar</i>	17
20.	- <i>Falta de relação ecumênica entre as religiões</i>	14
21.	- <i>Bares 24 horas</i>	13
22.	- <i>Impunidade</i>	12

Seis problemas priorizados :

1. *Trânsito na Av. D. Belmira Marin;*
2. *Esgoto;*
3. *Tráfico de drogas;*
4. *Falta de policiamento;*
5. *Segurança nas escolas;*
6. *Desemprego.*

COMITÊ PARQUE COCAIA

PARCEIROS DO PROJETO PARQUE COCAIA:

1. Batalhão de Polícia de Trânsito da Polícia Militar do Estado de São Paulo;
2. Sexta Delegacia Seccional de Polícia Civil da região de Santo Amaro;
3. Companhia de Engenharia de Tráfego do Município de São Paulo – CET;
4. Conselho Comunitário de Segurança - CONSEG Grajaú;
5. Departamento de Polícia Comunitária e Direitos Humanos da Polícia Militar do Estado de São Paulo;
6. Escola Estadual Irmã Charlita;
7. Guarda Civil Metropolitana;
8. Ordem dos Advogados do Brasil – Central;
9. Secretaria da Assistência Social do Município de São Paulo;
10. Secretaria Municipal da Saúde;
11. Secretaria Municipal do Verde;
12. Sociedade Comunitária Parque Cocaia;
13. Serviço Municipal de Transporte;
14. Viação Bola Branca;
15. Administração Regional Capela do Socorro;
16. Entidades Religiosas.

REUNIÕES REALIZADAS POR RUA

O cidadão aprende a identificar os problemas locais e busca soluções práticas dentro da sua realidade.

1. Rua Telo Garcia – dia 18/3/00 – problemas apresentados:

- Terrenos baldios abandonados;
- Transporte coletivo – bilhete eletrônico (constrangimento do usuário quando não aceito pelos cobradores de catraca comum);
- Trânsito caótico na Av. D. Belmira Marin;
- Proliferação de pernilongos;
- SABESP – demora para tapar buracos;

- Calçadas desniveladas;
- Lombadas clandestinas;
- Padronização das calçadas;
- Escola – crianças do bairro que estudam em outra escola e vice-versa;
- Curso de Suplência.

2. Rua Matos de Carriça – dia 01/4/00 – problemas apresentados:

- Falta de energia elétrica no bairro com retorno só no dia seguinte;
- Palestra sobre Educação Ambiental;
- Mato alto que cobre a área verde na Rua José Júlio Mendes e transformar numa praça;
- Pernilongos que proliferam no bairro;
- Violência nas escolas;
- Cobrança e demora na entrega de carteirinha de passe escolar;
- Terrenos baldios.

3. Rua Adélia da Silva Mendes – dia 09/4/00 problemas apresentados:

- Escola – crianças que pulam o muro para brincar;
- Cobrança da atuação do Fórum em defesa da criança e do adolescente;
- Benfeitorias adquiridas com a mobilização dos moradores do bairro.

4. Rua São Salvador da Torre – dia 15/4/00 problemas apresentados:

- Área verde – transformar em área de recreação e lazer ou escola;
- EMEI do bairro – falta de segurança; de organização e atendimento às crianças do Cantinho do Céu;
- Valorização da EMEI do bairro vizinho;
- Enfatização da importância do Conselho de Escola;
- Postura da E.E.Irmã Charlita quanto às adolescentes com trajes inadequados na escola e entrada barrada das mesmas;
- Constrangimento de uma aluna retirada da sala de aula devido a blusa curta;
- Reunião de pais dinâmicas;
- Reclamação de idosos em relação ao transporte coletivo;

- Estupro na Rua Portela da Cerdeira.

5. Rua José Júlio Mendes – dia 10/6/00 – problemas apresentados:

- Numeração irregular – dois números iguais na mesma rua;
- Esgoto – água empossada na Rua São Salvador da Torre;
- Iluminação precária na área verde onde grupos de adolescentes se reúnem – muitos assaltos;
- Parcerias para cursos;
- Projeto Parque Cocaia – essencialmente trabalho de comunidade;
- Horta comunitária – grupo de 3ª idade;
- Excursão ao Jardim Zoológico com os idosos;
- Reclamação de barulho a partir de 23h00, causado por uma Pizzaria.

AÇÕES DO COMITÊ PARQUE COCAIA

1. **Polícia de Trânsito** – palestras sobre Educação no Trânsito a serem realizadas no período letivo na E.E.Irmã Charlita, orientação na travessia de pedestres no semáforo existente na altura do 3500 da Av. D. Belmira Marin; fiscalização intensiva dentro de suas possibilidades no trânsito da referida via;
2. **Companhia de Engenharia de Tráfego** – sinalização de solo inexistente na Av. D. Belmira Marin; palestras educativas sobre trânsito;
3. **CONSEG Grajaú** – encaminhamentos de solicitações aos órgãos devidos; soluções criativas dentro de um programa de polícia comunitária; apoio e participação direta às iniciativas locais;
4. **Departamento de Polícia Comunitária e Direitos Humanos da Polícia Militar** – apoio às atividades de integração com a comunidade – Evento Música – Orientação e integração da comunidade com a presença da Capelania e da Banda da Polícia Militar do Estado de São Paulo e cerimônia católica – Igreja de Santo Expedito;
5. **E.E.Irmã Charlita** – integração com a comunidade, parceria nos eventos, realização de reuniões e atividade cultural com a banda da Polícia Militar e apresentação dos policiais comunitários ;
6. **Guarda Civil Metropolitana** – ação integrada com o policiamento de trânsito no trabalho educativo sobre trânsito; apoio nas ações preventivas locais;
7. **OAB Central** – participação, apoio e intercâmbio com a Polícia Militar e outras agências governamentais;
8. **Secretaria da Assistência Social** – assessoria e suporte técnico ao grupo de 3ª idade;

9. **Secretaria Municipal da Saúde** – Semana de prevenção e orientação à saúde na Sociedade Comunitária Parque Cocaia; palestra sobre diabetes com o Dr. Rafael Cortez Neto, Diretor da Saúde Santo Amaro;
10. **Secretaria Municipal do Verde** – pesquisa sobre a situação legal de Parque Cocaia; programa plantio de árvores no bairro;
11. **Sexta Delegacia Seccional de Polícia Civil**– participação direta nas ações e reuniões locais; investigação dos casos relatados pelos moradores; reunião com donos de bares e comerciantes;
12. **Sociedade Comunitária Parque Cocaia** – participação direta nas atividades locais; divulgação e orientação quanto ao projeto dentro de um programa de polícia comunitária; mobilização e conscientização dos moradores do bairro;
13. **Serviço Municipal de Transportes SPTrans** – participação e atendimento às solicitações e reclamações dos moradores;
14. **Viação Bola Branca** – participação e atendimento às solicitações da comunidade.
15. **Administração Regional Capela do Socorro** – ajustes quanto a ocupação das calçadas ao longo da Avenida Belmira Marin (comércio informal)

16. **Entidades Religiosas** –

SUGESTÕES DE ATIVIDADES A SEREM DESENVOLVIDAS NA COMUNIDADE:

1- Seminário comunitário para o Jovem

- envolver todas as entidades do bairro sem distinção;
- buscar parcerias e locais para os eventos.

2- Posto de Triagem de Saúde

- profissionais que trabalham na área (voluntários);
- buscar parcerias e locais para os eventos.

3- Desempregados no Bairro

- fazer cadastro coletivo;
- buscar parcerias.

4- Calçada com passeio livre

- elaborar Cartilha educacional;
- buscar parcerias.

5- Concurso de Poesias

- envolver toda a comunidade e Escola;
- buscar parcerias.

6- Adote um árvore

- autorização e co-responsabilidade do morador;
- o órgão competente distribui ou planta a muda, conforme norma pré-estabelecida;
- buscar parcerias para proteção, desenvolvimento e conscientização de todos.

7- Muro colorido

- autorização e co-responsabilidade do morador (desenho ou grafite);
- buscar parcerias;
- os artistas devem ser todos da comunidade local.

8- Pedágio Educativo para motoristas (em pontos estratégicos do bairro)

- elaborar Cartilha educacional;
- buscar parcerias.

9- Caminhada matinal

- montar cadastro de participantes;
- buscar parcerias;
- profissionais que trabalham na área (voluntários), com auxílio de equipamentos para medição de pressão arterial, peso específico comparado com altura etc;
- determinar local de saída / chegada, bem como horário de/até.

10- Feira de troca – troca

- elaborar cadastro dos participantes;
- elaborar o calendário;
- buscar parcerias e local para a Feira.

11- Trabalhos para terceira idade

- elaborar atividades com profissionais;
- buscar parcerias e local.

SUGESTÕES DE MELHORIA NO BAIRRO

- a) Alterar sistema atual do semáforo que serve a Avenida Dona Belmira Marin/ Rua Santo Antonio de Ossela e Rua Bilac, acrescentando fases para travessia de pedestre;
- b) Remover atual semáforo de pedestre da Avenida dona Belmira Marin, localizado antes do citado ítem anterior, sentido centro – bairro e implantar em frente ao Supermercado Yokoi para conter demanda, principalmente de estudantes da Escola Estadual Irmã Charlita, localizada na Rua Adélia da Silva Mendes e Escolas Samuel Wainer, Joaquim Bento e João Goulart no Conjunto Residencial Brigadeiro Faria Lima;
- c) Fiscalizar veículos de carga e descarga em frente aos comércios no percurso do início da Rua Olavo Conceição de Semme até Vila Cova de Alva;
- d) Retirar veículos e motos que estão utilizando espaço físico da Avenida dona Belmira Marin no percurso do início do Conjunto Habitacional até a Escola Estadual João Goulart;
- e) Promover intercâmbio com órgãos competentes para fazer prevenção de enchente que ocorre na área da curva em frente a Viação Bola branca, invadindo a pista da Avenida Dona Belmira Marin;
- f) Implantar área necessária de proibição de parar e estacionar no início das Ruas Adélia da Silva Mendes, José Júlio Mendes, Portela da Cerdeira e Portunhos à Rua Santo Antonio de Ossela, devido a dificuldade de entrada e saída de veículos e circulação de pedestres.
- g) Implantação de iluminação na viela localizada nas laterais da Escola Estadual Irmã Charlita, entre as ruas Adélia da Silva Mendes e Rua Álvaro Carvalhal;
- h) Calçar Vela 19 ao lado da Escola Municipal de Educação Infantil Dr. Aristides Nogueira com degraus. Motivo : circulação de motos e bicicletas e outros, entre as Ruas Campos do Aravil e Rua Dr, Nuno Guerner de Almeida;
- i) Implantar degraus nas vielas 5 A, já concretadas para eliminar circulação de motos, bicicletas e outros;
 - entre as Ruas Santo Antonio de Ossela e Telo Garcia;
 - entre as Ruas Santo Antonio de Ossela e São Salvador da Torre;
- j) Restauração de vielas entre :
 - as Ruas Santo Antonio de Ossela e Portela da Cerdeira;
 - as Ruas Portela da Cerdeira e José Júlio Mendes;
 - as Ruas Santo Antonio de Ossela e São Salvador da Torre;
 - as Ruas Maestro Humberto Bastiglia Dr. Nuno Guerner Almeida;
 - as Ruas Pampilhosa da Serra e Paiol Grande;
 - as Ruas Paiol Grande e das Timbebas;

- as Ruas Timbebas e Dr. Nuno Guerner Almeida;
- k) Solicitar técnicos para opinar sobre a atual estrutura da Viela 27 (50% rua, 50% escadaria), transformar toda em rua ou só para pedestres;
- l) Solicitar junto a Eletropaulo, que avise com pelo menos uma hora de antecedência quanto à falta de energia elétrica no bairro, com hora de previsão de retorno. Motivo: assalto por falta de luz e estupro;
- m) Limpeza geral do bairro;
- n) Eliminar definitivamente as possibilidades de novas ocupações de espaço físico da região, através do funcionamento dos Órgãos competentes e responsáveis (em especial a Secretaria do Meio Ambiente);
- o) Dos loteamentos irregulares atuais :
 - Sugestão : criar uma comissão especial dos Órgãos competentes e responsáveis, com participação do proprietário e compradores; analisar infraestrutura existente e se estão dentro dos padrões das leis em vigor; verificar área reservada para o lazer e regulamentar;
- p) Dos loteamentos clandestinos atuais :
 - Idem a sugestão anterior, com a participação do real proprietário da área;
- q) Das áreas invadidas de propriedade pública
 - pelo fato das áreas invadidas serem de aproximadamente 70% às margens da Represa Bilings, criar uma comissão especial dos Órgãos competentes e responsáveis, com participação da comunidade; participação da receita Federal em um Censo Econômico. Elaborar projetos e envolver os grandes devedores econômicos do governo e permutar. Ex.: Adote o morador deixando a área livre e com isso abatendo na sua dívida;
- r) Projeto de Orçamento Participativo por perímetro.
 - A comunidade deve saber qual a receita arrecadada do seu perímetro e participar em conjunto com as autoridades competentes na utilização dentro das prioridades existentes.

OFICINAS DE CIDADANIA

Objetivos:

- Integrar a comunidade;
- Diminuição da criminalidade;
- Diminuição da violência;
- Conhecer normas, leis e regras sociais;
- Propiciar alternativas de trabalho , cultura e lazer;

- Melhorar a qualificação profissional do trabalhador;
- Incentivar a participação da Universidade;
- Melhorar a qualidade de vida da população.

Áreas de Integração Social

- **Oficinas de cidadania** : noções de direito (Consumidor, Direitos Humanos, Estatuto da Criança e do Adolescente, Penal, Civil, Políticos, Sociais), valores sociais, deveres sociais;
- **Oficinas de atividades (requalificação profissional)** – SEBRAE, SENAI, SESI;
- **Oficinas de atividades e iniciação** – adolescentes e jovens em geral (primeiro emprego), ser trabalhador – SEBRAE, SENAI SESI;
- **Oficinas de apoio** : aulas complementares para a atividade profissional (informática, inglês, espanhol, redação);
- **Oficinas culturais** : pintura, música, dança, teatro;
- **Oficinas de Lazer** : integrada a oficina cultural;
- **Oficina de Saúde**

Locais: Sociedade Comunitária

Escolas Públicas

Público Alvo : crianças , adolescentes, jovens , idosos , trabalhadores e famílias buscando uma nova fonte de renda, bem como atividades culturais e de lazer.

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA E RECOMENDADA

DIAS NETO, Theodomiros. *Policiamento Comunitário e o Controle Social: a experiência norte americana*. São Paulo: IBCCRIM,2000.

TROJANOWICZ, Robert. *Policiamento Comunitário: Como Começar*. São Paulo: PMESP, 1999.

ANEXO 1

EXERCÍCIO DE DINÂMICA DE GRUPO

(MOBILIZAÇÃO COMUNITÁRIA)

antecede a teorização da matéria

OBJETIVOS – identificar e exercitar as dificuldades para implementar um programa de Polícia Comunitária.

DINÂMICA – divisão da turma em 07 grupos:

- Polícia Civil e militar;
- Comunidade (associações e entidades);
- Órgãos públicos estaduais;
- Órgãos públicos municipais;
- Políticos locais (deputados, vereadores e diretórios);
- Mídia local;
- Empresários e comerciantes.

PERFIL LOCAL DOS PROBLEMAS:

Local: bairro de periferia de um grande centro urbano;

População – 18 mil habitantes

Problemas – 50 homicídios por semana, saneamento inadequado, ocupação do solo inadequada, trânsito caótico, falta de escolas, falta lazer, desemprego, jovens ociosos, polícia sem recursos, manipulação política, mídia sensacionalista, desarticulação dos órgãos públicos locais.

SOLUÇÕES:

ANEXO 2

EXERCÍCIO DE DINÂMICA DE GRUPO

(MOBILIZAÇÃO COMUNITÁRIA)

Pós teorização da matéria

OBJETIVOS – identificar e exercitar as dificuldades para implementar um programa de Polícia Comunitária.

DINÂMICA – divisão da turma em 07 grupos:

Polícia Civil e militar	Tenta implementar um trabalho de Polícia Comunitária em uma comunidade com problemas
Comunidade (associações e entidades)	Conhece Polícia Comunitária mas não acredita nas ações da polícia pela manipulação anterior
Órgãos públicos estaduais	Desconhece Polícia Comunitária e está preocupado com os seus problemas
Órgãos públicos municipais	Desconhece Polícia Comunitária e não quer apoiar porque o partido da cidade é de oposição ao Estadual
Políticos locais (deputados, vereadores e diretórios)	Preocupado em manter seu curral e seu status
Mídia local	Critica a Polícia pela omissão das ações
Empresários e comerciantes	Preocupados com os prejuízos e os riscos de assaltos.

PERFIL LOCAL DOS PROBLEMAS:

Local: bairro de periferia de um grande centro urbano;

População – 18 mil habitantes

Problemas – 50 homicídios por semana, saneamento inadequado, ocupação do solo inadequada, trânsito caótico, falta de escolas, falta lazer, desemprego, jovens ociosos, polícia sem recursos, manipulação política, mídia sensacionalista, desarticulação dos órgãos públicos locais.

SOLUÇÕES:

CURRÍCULO PROFISSIONAL - ALICE YUKIKO YAMASAKI

Nascimento – 28/09/1955 - Pedagoga

1974 – 1982 Parapuã – SP

Professora de ensino fundamental em Escola Pública Estadual

Desenvolveu a docência em escola de alfabetização para adultos, escolas isoladas multiseriadas na área rural e em Escola Estadual na área urbana.

Experiências

1982–1988 EEPG Prof.^a Maria J. H. de M. São Paulo - SP

Professora de ensino fundamental em Escola Pública Estadual

Desenvolveu a docência do ensino fundamental

1988–1993 EEPG Prof.^a Maria J.H. de M. São Paulo - SP

Diretora de Escola Pública Estadual

Desenvolveu trabalhos de melhoria da qualidade do corpo docente;

Realizou trabalhos de mutirão para melhoria das instalações físicas;

Promoveu eventos culturais e sociais objetivando a integração da comunidade junto a escola.

1993–1998 EEPG Dr. Aniz Badra São Paulo - SP

Diretora de Escola Pública Estadual

Desenvolveu trabalhos de melhoria da qualidade do corpo docente;

Promoveu eventos de integração da comunidade junto a escola.

1989– Secretaria Municipal de Educação. São Paulo - SP

Professora de ensino básico em Escola Pública Municipal

Desenvolve docência no ensino básico

Formação

1970 –1973 CENE Benjamim Constant Oswaldo Cruz - SP

1976–1978 Faculdade de Filosofia, C. e L. de Adamantina – SP

Habilitação em Orientação Educacional.

1986–1986 Faculdade de Filosofia, C. e L. 9 de julho – SP

Habilitação em Administração Escolar e Supervisão Escolar

Atualmente ocupa o cargo de professora de ensino fundamental no ensino público Municipal e Estadual

Atividades Comunitárias

Atividades Comunitárias:

1998;

Vice- Presidente do Conselho Comunitário de Segurança do Grajaú (CONSEG – Grajaú);

1999:

Presidente do Conselho Comunitário de Segurança do Grajaú (CONSEG – Grajaú);

Participação no Colegiado dos CONSEGS Cidade Dutra;

Participação na Comissão de Assessoramento para Implantação do Policiamento Comunitário na Polícia Militar do Estado de São Paulo;

Participação em palestras na Ordem dos Advogados do Brasil – OAB/SP sobre violência nas escolas;

Realizou o Curso de Dignidade Humana e Relacionamento Comunitário no 22º Batalhão de Polícia Militar Metropolitano.

2000:

- Integrante da Comissão Estadual de Polícia Comunitária;
- Participa do Grupo de trabalho para preparação de comunidades
- Foi Coordenadora Pedagógica do I Curso Nacional de Polícia Comunitária realizado em São Paulo patrocinado pelo Ministério da Justiça.

2001:

- Coordenadora Pedagógica do Curso Nacional de Polícia Comunitária – Região Sul – Santa Catarina

Viagens de Estudos, Congressos e Seminários

1998:

- Integrante da Missão Brasil/ Canadá visitou escolas públicas naquele País onde verificou iniciativas de integração comunitária e trabalhos de coordenação em escolas;
- XXII Encontro Anual da Associação Nacional de Pós Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais – ANPOCS – Caxambu – Minas Gerais – participou de debates sobre segurança nas escolas
- Seminário de Estudos sobre Segurança Pública no Curso Superior de Polícia da Polícia Militar do Estado de São Paulo - como palestrante.
- Seminário de Direitos Humanos e Violência – Secretaria da Justiça e Cidadania e USP

1999:

- Jornada VIOLÊNCIA MANCHA SOCIAL – SESC V. Mariana – Instituto Tempos Modernos – como palestrante;
- Seminário pela paz – VIOLÊNCIA NO LAR E NA ESCOLA – Movimento Ação Pela Paz nas Escolas – Prefeitura do Município de São Bernardo do Campo – como palestrante;
- Curso de Prevenção ao Uso Indevido de Drogas – Departamento de Narcóticos – DENARC – Polícia Civil;
- Encontro Estadual dos Conselhos Comunitários de Segurança – Palácio dos Bandeirantes;
- I Fórum Internacional de Polícia Comunitária e Direitos Humanos – Polícia Militar do Estado de São Paulo – Palácio das Convenções do Anhembi;
- Fórum Regional de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente – Capela do Socorro – SP
- Fórum de Educação e Cidadania do Grajaú – SP
- Debate – Zona Sul de São Paulo – Paradigma da Violência – OAB/SP
- Debate – Polícia Comunitária – A Segurança Pública para o novo Milênio
- Debate – Cidadania e Violência - EMEF Frei Damião – Jdim Cipramar –Grajaú – zona sul de São Paulo

2000:

- I Encontro de Polícia Comunitária em Parque Cocaia, na região do Grajaú , zona sul de São Paulo
- I Curso Nacional de Polícia Comunitária – São Paulo
- Reunião de Avaliação e preparação do Programa Nacional de Treinamento em Polícia Comunitária para o biênio 2001/2002

2001:

- Curso Regional de Liderança Comunitária – Santa Rosa de Viterbo – São Paulo
- Semana da Cidadania – Colégio Mater Amabilis – São Paulo – como palestrante
- Curso Nacional de Polícia Comunitária – Florianópolis (docente e coordenadora);
- Curso de Mobilização Comunitária – cidade de Tambaú (docente e coordenadora).

Homenagens

- Troféu MULHERES EM SOL MAIOR – 6ª EDIÇÃO – CASA DA CULTURA DE SANTO AMARO/SP – reconhecendo o seu dinamismo e a importante colaboração na área sócio-educativo-cultural
- Troféu da Polícia Civil de São Paulo – participação comunitária
- Placa dos alunos do I Curso Nacional de Polícia Comunitária
- Medalha do Sesquicentenário da Polícia Militar do Estado de São Paulo –reconhecimento do serviço prestado como Coordenadora Pedagógica no I Curso Nacional de Polícia Comunitária.